Representação Parlamentar

Projeto de Resolução n.º 432/XVI/1.ª

Recomenda a criação de uma Estratégia Nacional para Promoção de Alimentos de Base Vegetal

Exposição de Motivos

A crise climática é uma das maiores ameaças que a humanidade enfrenta. O sistema alimentar atual, que depende fortemente da produção de carne e laticínios, está entre os principais responsáveis por esses problemas. A pecuária é uma das principais fontes de emissão de gases de efeito estufa (GEE), particularmente metano, que tem um impacto climático 25 vezes maior que o dióxido de carbono. Além disso, a produção pecuária consome vastas quantidades de água e recursos naturais, enquanto contribui significativamente para a desflorestação e a degradação dos solos. Globalmente, cerca de 80% das terras agrícolas são utilizadas para a produção de alimentos destinados à alimentação de animais, não diretamente para consumo humano.

Em resposta a essas realidades, o relatório financiado pela União Europeia, em colaboração com diversas organizações ambientais e do setor agroalimentar, aponta a necessidade urgente de uma transição para dietas mais sustentáveis e com menor impacto ambiental. O relatório conclui que uma redução significativa no consumo de carne e uma mudança para dietas baseadas em plantas são essenciais para atingir as metas climáticas da União Europeia, especialmente no contexto do Pacto Ecológico Europeu e da Estratégia "Do Prado ao Prato". Esta estratégia visa, entre outros objetivos, reduzir pela metade o uso de pesticidas e perdas de nutrientes, aumentar a produção de alimentos orgânicos e promover uma transição para sistemas alimentares mais sustentáveis e resilientes.

O documento defende a criação de um plano de ação para alimentos de base vegetal até 2026, com ênfase no incentivo à produção e consumo de leguminosas. Este plano pode desempenhar um papel fundamental na promoção de dietas mais saudáveis e na redução da pegada ecológica da União Europeia, ao mesmo tempo em que fortalece a segurança alimentar.

No contexto português, os desafios relacionados ao setor alimentar refletem tendências semelhantes às identificadas no panorama europeu. Dados recentes indicam que 71% da superfície agrícola na União Europeia é usada para produção de forragem e alimentos destinados à pecuária, enquanto uma proporção significativa de leguminosas e grãos cultivados são dedicados à alimentação animal. No entanto, Portugal enfrenta uma dependência considerável de importações de leguminosas para consumo humano, com o país a importar cerca de 77 mil toneladas de leguminosas secas por ano, enquanto a produção interna é limitada.

Apesar de sua importância nutricional, as leguminosas continuam subaproveitadas na agricultura portuguesa. Esses cultivos oferecem múltiplos benefícios ambientais, como a fixação de nitrogénio atmosférico no solo, a redução da necessidade de fertilizantes sintéticos e a melhoria da qualidade do solo. Além disso, são fundamentais para a diversificação das culturas e o aumento da resiliência do sistema alimentar às mudanças climáticas. No entanto, faltam incentivos e apoio político para que os agricultores portugueses adotem o cultivo de leguminosas em maior escala.

Paralelamente, a dieta portuguesa é predominantemente baseada em alimentos de origem animal. Aumentar o consumo de leguminosas, frutas, verduras e cereais integrais é uma recomendação recorrente em relatórios de saúde pública e nutrição, sendo fundamental para combater doenças como obesidade, diabetes e doenças cardiovasculares, cujas taxas têm aumentado no país.

Em Portugal, diversas organizações ambientais, num projeto denominado Proteína Verde, uma iniciativa que, em parceria com mais de 15 organizações portuguesas e

europeias, pretende a implementação de políticas públicas que promovam uma maior produção e consumo de proteína de origem vegetal em prol do ambiente, clima e saúde pública, uniram-se na elaboração de uma Carta Conjunta[1], que solicita a implementação de uma Estratégia Nacional para Alimentos de Base Vegetal. Esta carta reflete um esforço coordenado para promover uma transição para sistemas alimentares mais sustentáveis, e conta com o apoio de associações como a ZERO, a Associação Vegetariana Portuguesa (AVP), a Quercus, ANP|WWF, ACSA, ASPEA e GEOTA.

A Carta Conjunta defende que uma Estratégia Nacional para Alimentos de Base Vegetal é essencial para alcançar as metas ambientais e de saúde pública estabelecidas pela União Europeia. Entre as principais recomendações da carta estão:

- Incentivo ao cultivo de leguminosas e outros alimentos de base vegetal, através da implementação de programas de apoio financeiro e técnico aos agricultores. A carta argumenta que, com o suporte adequado, Portugal poderia não só reduzir a dependência de importações, mas também tornar-se um exportador de leguminosas de qualidade;
- Criação de incentivos fiscais que promovam o consumo de alimentos de base vegetal, com redução de impostos sobre frutas, hortaliças e leguminosas;
- Apoio ao desenvolvimento de alternativas vegetais à proteína animal, incluindo o financiamento de inovações no setor agroalimentar que possam oferecer produtos saudáveis, acessíveis e sustentáveis;
- Educação e formação nas escolas e cantinas públicas, com a introdução de refeições de base vegetal nos menus e a capacitação de equipas de cozinha para a preparação dessas refeições;
- Criação de um Fundo de Transição Justa Agroalimentar, que ofereça suporte financeiro aos agricultores que queiram adotar práticas mais sustentáveis, incluindo o cultivo de leguminosas e outros alimentos de base vegetal.

[1] Proteína Verde

A carta enfatiza que uma estratégia desse tipo não é apenas necessária para atender às demandas ambientais, mas também para promover uma transição justa no setor agroalimentar, garantindo que os produtores tenham o suporte necessário para adotar novas práticas e tecnologias.

A promoção de alimentos de base vegetal, com ênfase nas leguminosas, oferece diversos benefícios. A produção de leguminosas consome menos água, emite menos GEE e melhora a saúde dos solos. Em contraste com a pecuária, que é responsável por 53% das emissões de metano na agricultura, as leguminosas são uma opção significativamente mais ecológica. Além disso, promovem a biodiversidade agrícola e a rotação de culturas, contribuindo para a resiliência dos ecossistemas.

A promoção de uma estratégia nacional focada em alimentos de base vegetal e no incentivo ao cultivo de leguminosas é uma necessidade urgente que responde a múltiplos desafios enfrentados tanto em Portugal quanto no contexto europeu e global.

Em Portugal, o consumo de carne continua a ser dominante, apesar das recomendações que enfatizam a importância de dietas ricas em vegetais para combater doenças como a obesidade, diabetes e problemas cardiovasculares. A produção de leguminosas no país ainda é bastante limitada. No entanto, o solo e o clima português oferecem condições favoráveis para o cultivo desses alimentos, o que poderia não só reduzir a dependência de importações, mas também fortalecer a economia rural e melhorar a sustentabilidade agrícola.

Assim, uma estratégia nacional focada em alimentos de base vegetal, com ênfase no incentivo ao cultivo de leguminosas, pode trazer inúmeros benefícios para Portugal. Ambientalmente, ajudaria a reduzir as emissões de gases de efeito estufa e a preservar os recursos naturais. Economicamente, contribuiria para a redução das importações, fortalecendo a economia local e criando novos mercados para os agricultores. E do ponto de vista da saúde pública, esta estratégia ajudaria a promover dietas mais saudáveis e equilibradas, reduzindo a incidência de doenças crônicas relacionadas à

alimentação. A implementação dessa estratégia seria um passo essencial para garantir um futuro mais sustentável, saudável e economicamente viável para Portugal.

Assim, o PAN pretende que sejam tomadas ações específicas para a criação e implementação de uma Estratégia Nacional para Alimentos de Base Vegetal e a promoção e incentivo ao cultivo de leguminosas.

Nestes termos, a abaixo assinada Deputada Única do PESSOAS-ANIMAIS-NATUREZA, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, propõe que a Assembleia da República recomende ao Governo que:

1 - Crie uma Estratégia Nacional para Alimentos de Base Vegetal que priorize a transição para uma alimentação de base vegetal, incluindo metas claras de redução do consumo de carne e de promoção de dietas ricas em vegetais, como parte das políticas públicas de saúde, ambiente e agricultura;

2- Incentive o cultivo de leguminosas e diversificação agrícola, através da criação de programas de apoio técnico e financeiro para os agricultores, nomeadamente com a criação de subsídios para a transição para o cultivo de leguminosas e a criação de incentivos fiscais para produtores que optem por culturas sustentáveis, como as leguminosas;

3 - Promova campanhas de educação alimentar e formação profissional em escolas e demais instituições públicas sobre os benefícios das dietas de base vegetal;

4- Garanta a inclusão de refeições vegetarianas nos menus escolares e de outras instituições, oferecendo formação especializada para cozinheiros e profissionais da alimentação, capacitando-os a preparar refeições saborosas e nutritivas à base de vegetais;

5 - Promova parcerias entre universidades, institutos de pesquisa e o setor privado para o desenvolvimento de alternativas de proteínas vegetais e outras inovações que possam facilitar a transição para uma dieta mais sustentável.

Assembleia da República, Palácio de São Bento, 31 de outubro de 2024

A Deputada,

Inês de Sousa Real